

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA VISÃO DA PSICODINÂMICA DE DEJOURS¹

Tânia Franco

Neste ensaio procuramos apresentar alguns pontos de convergência e de diálogo entre a psicodinâmica do trabalho dejouriana e a sociologia do trabalho, nas dimensões do trabalho e da saúde, e de possíveis articulações entre essas disciplinas de conhecimento. Para este percurso faz-se necessário sistematizar alguns conceitos da psicodinâmica do trabalho que, no nosso entender, consiste na *abordagem emblemática* dos recentes avanços teórico-metodológicos no campo de investigação sobre saúde e trabalho.

Christophe Dejours, médico do trabalho, psiquiatra e psicanalista francês, talvez seja um dos pesquisadores contemporâneos que mais tem dialogado com a sociologia do trabalho e afirmado a centralidade do trabalho nas sociedades ocidentais atuais. Consolidou, prática e teoricamente, a psicodinâmica do trabalho na ciência, tendo como

ponto de partida a psicopatologia do trabalho. Defende a dimensão do trabalho como central na vida de homens e mulheres contemporâneos – assim como o amor – e reconhece a importância de suas relações psíquicas com o trabalho.

PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO E SOCIOLOGIA: canais de diálogo

O autor estabelece um vivo diálogo com a sociologia do trabalho em vários aspectos. Destaco primeiramente a afirmação da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas: ao invés do seu desaparecimento, o que está em jogo é o emprego com todo o seu corolário de direitos e conquistas sociais. O autor argumenta que, inversamente ao propalado fim do trabalho, o que se tem verificado é uma intensificação do trabalho para os segmentos empregados sob crescente pressão e medo, além da mais viva exploração daqueles que – sem emprego – continuam trabalhando de forma precarizada.

¹ Este trabalho corresponde à versão adaptada do 6º capítulo da tese de doutorado “Trabalho alienado: habitus & danos à saúde humana e ambientais”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, tendo como orientadora a Profa. Dra. Graça Druck.

Em segundo lugar, destaco a importância atribuída pelo autor à dimensão do trabalho para a construção da identidade dos indivíduos nas sociedades contemporâneas centradas no trabalho (aspecto desenvolvido adiante).

Em terceiro lugar, Dejours resgata as condições “objetivas” e configurações materiais do processo de trabalho *ao lado* da esfera da organização do trabalho enquanto relação social. Neste percurso, busca afirmar o domínio da subjetividade como questão fundamental no mundo do trabalho – e como objeto de pesquisa científica e da ação política coletiva – sem negligenciar, portanto, as condições objetivas de trabalho e de dominação.

Em quarto lugar, saliento a importância do autor resgatar as condições históricas concretas de realização do trabalho, rompendo com análises abstratas e descontextualizadas seja da subjetividade humana, seja do trabalho.

Em quinto lugar, o autor busca demonstrar a importância desta abordagem tanto para o reconhecimento dos problemas de saúde e sofrimento humano no mundo do trabalho (e a evolução histórica desta problemática), quanto para as práticas conservadoras ou transformadoras da organização do trabalho, ou seja, relaciona sofrimento/defesas individuais e coletivas com a questão da práxis política, chegando, portanto, a resgatar e politizar a questão do sofrimento e, conseqüentemente, da saúde mental.

Quanto à evolução histórica da problemática saúde e trabalho, vale abrir um parêntese e apresentar, resumidamente, os grandes traços da periodização estabelecida pelo autor.

Dejours analisa a evolução das relações entre trabalho e saúde pontuando grandes momentos históricos – parâmetros gerais para contextualizar as análises da palavra dos trabalhadores e suas condições específicas de trabalho. A compreensão das especificidades do trabalho contemporâneo para o autor não se enquadra apenas na forma imediata ou restrita com a qual se deparam trabalhador e pesquisador. Na verdade, Dejours construiu um cenário, um pano de fundo referente à trajetória da problemática de saúde do trabalhador e de suas

abordagens pela ciência (focalizando principalmente a França).

A *periodização* construída, baseada em diferentes autores, está marcada por três momentos do capitalismo ocidental europeu: o século XIX, o período da I Guerra Mundial a 1968 e o período após 1968. O *primeiro período* corresponde aos processos básicos decorrentes da revolução industrial capitalista e

(...) caracteriza-se pelo crescimento da produção, pelo êxodo rural e pela concentração de novas populações urbanas. (...) Falta de higiene, promiscuidade, esgotamento físico, acidentes de trabalho, subalimentação, potencializam seus respectivos efeitos e criam condições de uma alta mortalidade e de uma longevidade formidavelmente reduzida. Nessa época, Villerme demonstra sem dificuldade que a mortalidade cresce em razão inversa ao bem-estar. Dejours (1987, p. 14).

O mundo do trabalho está fortemente marcado pelas longas jornadas de trabalho (de 12, 14, 16 horas), pelo uso do trabalho infantil, por salários muito baixos. Os níveis e possibilidades de sobrevivência de grandes massas humanas estão em questão. Portanto, a luta pela saúde da classe operária está estreitamente acoplada à “*luta pela sobrevivência*”, isto é, ao direito à vida (sobrevivência física) e à construção das instâncias de conquista social (busca de liberdade de associação e organização).

Três correntes entre especialistas e “notáveis” na França se destacam no período buscando responder a tais problemas sociais: o movimento Higienista, o movimento das ciências morais e políticas, e o movimento dos alienistas,

(...) onde médicos ocupam lugar de destaque (...) com entrada triunfal no arsenal de controle social (...) mas a medicalização do controle social não seria suficiente, e de fato, é aos próprios operários que se devem as principais melhorias materiais da condição operária. (...) Higienistas, moralistas e alienistas só podem responder ao desvio, enquanto uma outra forma de atentado à ordem moral e social vai ganhar corpo na solidariedade operária, nos movimentos de luta e no desenvolvimento de uma ideologia operária revolucionária. Dejours (1987, p. 16).

Apesar das respostas repressivas, os movimentos sociais que varrem praticamente o terreno

social europeu no século XIX vão resultar numa crescente redefinição do papel do Estado na sociedade.

O *segundo período* (I Guerra a 1968), caracteriza-se por um movimento operário com bases sólidas e força política, com crescente diversificação das reivindicações e uma pauta específica de proteção à saúde – dadas as próprias características da Segunda revolução industrial, que não cabe aprofundar no momento – com a preocupação precípua e restrita de *proteger o corpo* (dos acidentes de trabalho, das substâncias contaminantes, das doenças profissionais, além do acesso a tratamento e assistência). Durante a II Guerra institucionaliza-se a medicina do trabalho, a Previdência Social e Comitês de Higiene Industrial, correspondendo à última série de medidas sociais no campo da saúde do trabalho na França.

Em suma, o período de 1914 a 1968 é marcado pelo tema *das condições de trabalho* e pela passagem das lutas pela *sobrevivência* para as lutas pela *saúde do corpo*. As condições de trabalho abrangem para Dejours (1987, p. 25):

(...) ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude *etc*), ambiente químico (produtos manipulados, vapores, gases tóxicos, poeiras, fumaças), ambiente biológico (...), condições de higiene, de segurança, e características antropométricas do posto de trabalho.

A introdução, difusão e crescente generalização do taylorismo marcará todo este período até a sua crise (crise do paradigma taylorista-fordista) expressa nas movimentações de 1968. Os movimentos sociais manifestaram o seu repúdio à submissão e à disciplina taylorista do corpo, reconhecendo o trabalho como fonte de alienação.

Para Dejours foi necessário inverter a problemática considerada até então e salientar a importância das

mediações em jogo no exercício das exigências corporais. Tudo se daria como se as condições nocivas só atingissem o corpo após tê-lo submetido, domesticado e adestrado... Docilidade que (...) depende de uma estratégia inicialmente concernente ao aparelho mental, para dele anular as resistências que ele opõe, espontaneamente, à exploração. (Dejours, 1987, p. 21, grifo nosso).

Assim, o autor identifica o *terceiro período* a partir de 1968, no contexto do esgotamento do padrão taylorista-fordista como padrão de acumulação e como forma eficaz de controle social. Ao longo desses três períodos o autor observa que ocorreu uma ampliação da problemática saúde e trabalho com o foco sendo crescentemente dirigido para a saúde mental do trabalhador. Até então a dimensão psíquica do trabalhador havia sido abordada sob a perspectiva dos métodos de seleção psicológica voltada para o funcionamento das organizações empresariais.

As tentativas de reestruturação de tarefas a partir dos sinais de crise do taylorismo-fordismo propiciaram o debate em torno de questões como os objetivos do trabalho, a relação homem-tarefa, as crescentes cargas intelectuais e psicossensoriais do trabalho em diversos ramos e setores, e o decréscimo das cargas físicas. Novas condições de trabalho fazem emergir e se descobrir “sofrimentos insuspeitos” até então. O tema da relação saúde mental-trabalho desemboca na problematização da organização do trabalho, tanto nos movimentos operários (primeiramente) quanto no campo científico.

Testes, pesquisas, questionários abertos ou fechados, estatísticas, números e quantificações devem ser abandonados por não serem capazes de dar conta do processo. A partir de então se confrontam sem intermediário a vontade e o desejo dos trabalhadores e o comando do patrão, concretizado pela organização do trabalho. Dejours (1987, p. 25).

Mais recentemente Dejours tem incorporado os problemas decorrentes das formas de flexibilização do trabalho e se colocado abertamente contrário à tese do fim do trabalho:

A tese do ‘fim do trabalho’ não se sustenta de jeito nenhum. O que observamos atualmente é uma reviravolta no pleno emprego e na estabilidade do emprego. Portanto, *é o emprego que está em questão, e não o trabalho* enquanto trabalho. Questiono, também, o modo como se fala do trabalho. Não acho que o tempo de trabalho formal reflita a totalidade do *tempo de trabalho* dos assalariados (...) Ele vai fazer essa formação à noite, em casa, fora do ‘horário de trabalho’. Além disso, as pessoas trabalham cada vez mais, sem ser pagas pelo que fazem e sem o amparo legal cor-

respondente. Consideremos, ainda, o número crescente de estagiários, tanto no setor público como nas empresas privadas. Mas não é só: aqueles que têm um emprego, sob a *pressão cada vez mais forte da flexibilidade*, do desemprego e do salário por mérito, trabalham de maneira cada vez mais intensa. Assim, no mesmo momento em que se anuncia o ‘fim do trabalho’, especialistas em saúde do trabalho vêem surgir *novas formas patológicas decorrentes da sobrecarga*: esgotamento profissional (*burn out*), alterações músculo-esqueléticas ligadas aos esforços repetitivos, alterações cognitivas etc. Mais trágico, ainda, multiplicam-se as tentativas de suicídio nos próprios locais de trabalho. É um fenômeno novo e muito angustiante. Dejours (1999 b).

Em sexto lugar, saliento que o autor tem contribuído enormemente para superar as abordagens até então prevalentes no campo da medicina ocupacional – predominantemente voltadas para a realidade dos problemas de saúde no trabalho “tangíveis”, dado o predomínio da perspectiva positivista neste campo do conhecimento, que restringe o universo de análise aos agravos “palpáveis”, quantitativamente demonstráveis, com significância estatística e nexos causais explícitos com os agentes agressivos objetivos do trabalho (exposição à sílica e silicose, contaminação por chumbo e saturnismo...). Dejours tem o grande mérito de estreitar radicalmente as possibilidades de diálogo entre as disciplinas da saúde e a sociologia do trabalho. Esta abertura tem grande importância, pois no campo da saúde e higiene industrial têm preponderado, até então, as formas *tecnicistas* de abordagem de questões muito complexas, marcadas pelo determinismo tecnológico, para as quais as soluções correspondem às mudanças técnicas – importantes, sem dúvida, como a hermetização de processos contaminantes – e/ou soluções *individualizantes* que passam pela educação do trabalhador para aderir aos equipamentos de proteção individual – EPI, como via única de prevenção e supostamente eficaz, transferindo para o indivíduo a responsabilidade por uma situação coletiva e de gestão. Noutras palavras, tais abordagens têm mascarado esta realidade e alimentado soluções individualizantes que deixam intocadas as condições do processo de trabalho e de sua organização – dimensões coletivas, sociais e políticas.

Dejours rompe e supera tais abordagens, propondo uma aproximação bem mais complexa, alargando o universo tradicional de análise ao considerar o próprio sofrimento, além das descompensações e doenças visíveis e inquestionáveis. Trata-se de um enfoque que, sem anular a importância das condições tecnológicas do trabalho, incorpora e integra as dimensões seja do sofrimento, da subjetividade, seja a dimensão histórica, sociológica e política da inserção dos indivíduos no trabalho, atentando para a sua configuração enquanto indivíduo e enquanto grupo coletivo de trabalho.

Em sétimo lugar, vale ressaltar que a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos é colocada sob perspectivas diferenciadas no tocante às relações psíquicas. Na verdade, o trabalho tem centralidade enquanto elemento *estruturante* ou *patológico*, a depender das situações específicas e do tipo de relação psíquica estabelecida pelo sujeito com o trabalho e da efetiva possibilidade do trabalho concreto possibilitar um campo de sublimação.

Em oitavo lugar, é notável o espaço de diálogo potencialmente aberto com a sociologia do trabalho pelo viés da divisão sexual. Mulheres e homens vivenciam diferentemente o sofrimento psíquico e os sistemas defensivos. Como aspectos diferenciais têm sido apontados não somente o sofrimento suplementar das mulheres mas, também, as possibilidades (a serem pesquisadas) de deslocamento da problemática psicopatológica, e a derivação da violência das relações de trabalho contra as mulheres – ou seja, o uso das relações domésticas e familiares de dominação (violência contra crianças e adolescentes, por exemplo) como procedimento defensivo contra o sofrimento decorrente da divisão do trabalho, propiciando parte da recuperação psíquica dos homens, conforme Dejours (1989).²

² Kergoat e Hirata têm mantido um profícuo debate e levantado a necessidade da psicodinâmica do trabalho incorporar a dimensão da divisão sexual do trabalho na análise do sofrimento de *homens e mulheres* e seus respectivos mecanismos de defesa coletiva e individuais. Ver Hirata (2002a), (2002b), Dejours (2002).

Em nono lugar, a constatação do autor de que a psicodinâmica do sofrimento no trabalho (economia das defesas psíquicas) não pode se restringir à análise do indivíduo, mas abranger o quadro mais amplo dos coletivos de trabalho e relações domésticas/familiares.

Em décimo lugar, a constante contextualização histórica na construção teórica do autor permite-lhe perceber além das fronteiras da sua sociedade de inserção e referência – a França. Ele pode assim reconhecer e considerar processos em curso e decifrar diversas manifestações de resistência ao paradigma taylorista-fordista nos países centrais e as estratégias empresariais para contorná-las via transferência para os países periféricos, exportando formas de organização e de psicopatologia do trabalho (além dos demais riscos para o corpo). Assim, detecta a “proximidade” entre os sistemas defensivos de trabalhadores brasileiros e europeus em inserções similares organizacionais marcadas por uma grande divisão de tarefas e pela automatização (nas quais as atividades de concepção são profunda e amplamente “confiscadas”) levando as relações psíquicas com o trabalho a um terreno sem as condições necessárias para os processos de sublimação.

Em décimo-primeiro lugar, um canal importante de diálogo com a sociologia do trabalho, e com a sociologia geral, consiste na argumentação de que uma importante conseqüência das dificuldades ou impossibilidades de realização dos processos de sublimação no trabalho (especialmente do trabalho taylorizado e/ou sob as pressões da flexibilização com vêm se dando) é o aumento da violência social.

TRAJETÓRIA E CONCEITOS DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO³

Este ramo de investigação teve como ponto de partida o estudo das manifestações

³ “A psicodinâmica do trabalho que *tem implicações nos campos psicológico e sociológico* (...), inicialmente denominada psicopatologia do trabalho, tem por objeto o estudo clínico e teórico da patologia mental decorrente

psicopatológicas, buscando analisá-las e mapeá-las a partir de estudos clínicos denominados “psicopatologia do trabalho”, que inicialmente procurou, nos anos 50, caracterizar os efeitos deletérios do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores, na tentativa de diagnosticar as “doenças mentais do trabalho”. Mesmo alcançando resultados inquestionáveis – a exemplo da neurose de telefonistas – o patamar atingido não se compara ao quadro das morbidades somáticas profissionais.

O “(...) contexto de então era caracterizado por um corpo de conhecimentos muito dominado pela patologia profissional somática resultante dos danos físico-químico-biológicos do posto de trabalho. Só os estudos de Le Guillant e colaboradores puseram em evidência as síndromes que afetavam especificamente a saúde mental dos operadores de certas profissões: as faxineiras (Le Guillant, 1985), as telefonistas e os mecanógrafos (Bégoïn, 1957), e em menor escala os mecânicos da estrada de ferro (Moscovitz, 1971). O resto da literatura científica que abordava as questões de saúde mental no trabalho era consagrada à fadiga, ao *stress* e a certas afecções ditas psicossomáticas (como o infarto do miocárdio; nos executivos sobrecarregados, a úlcera duodenal em trabalhadores em turnos alternantes (...). Existia (...) importante literatura referente às doenças mentais mais que aos trabalhadores, onde era fundamental a questão da readaptação social para o trabalho (ergoterapia e oficinas abrigadas de trabalho), questão da desadaptação ao trabalho perigoso (principalmente no exército), a questão da reinserção profissional dos doentes mentais (construção civil e serviços públicos), a questão da inaptidão a certos postos (postos de segurança para epiléticos e alcoolistas). (...) Nos anos 70, em parte como conseqüência dos eventos de Maio 68 na França, emerge lentamente uma demanda social sobre as condições psicológicas do trabalho e suas conseqüências sobre a saúde entre os trabalhadores menos qualificados, sobre os quais convergiram

do trabalho. Fundada no final da II Guerra por um grupo de médicos-pesquisadores liderados por Le Guillant, ela ganhou há uns 15 anos um novo impulso que a levou recentemente a adotar a denominação de ‘análise psicodinâmica das situações de trabalho’ ou simplesmente psicodinâmica do trabalho. Nessa evolução da disciplina, a questão do sofrimento passou a ocupar uma posição central. O trabalho tem efeitos poderosos sobre o sofrimento psíquico. Ou bem contribui para agravá-lo, levando progressivamente o indivíduo à loucura, ou bem contribui para transformá-lo ou mesmo subvertê-lo, em prazer, a tal ponto que, em certas circunstâncias, o indivíduo que trabalha preserva melhor a sua saúde do que aquele que não trabalha. Por que o trabalho ora é patogênico ora é estruturante? O resultado jamais é dado de antemão. Depende de uma dinâmica complexa cujas principais etapas são identificadas e analisadas pela psicodinâmica.” Dejours (1999a, p.21, grifos nossos).

durante muitos anos; as preocupações sociais e políticas, cujo ‘mal-estar dos operários especializados’ tornou-se o *leitmotiv* tanto na literatura patronal quanto na imprensa e meios de comunicação. (por isso ...) primeiras investigações orientadas para O.S. (...) à pesquisa de uma patologia mental resultante do trabalho repetitivo, sob pressão de tempo, às manobras na construção civil e os servidores públicos franceses e imigrantes. (...) Nesta época, nossas tematizações ainda eram sobre a relação trabalho-saúde mental, segundo um *modelo causalista* emprestado da patologia somática de origem profissional, sem abandonar a esperança de encontrar evidências de doenças mentais específicas do trabalho”. Dejours e Abdoucheli (1994, p.121-122, grifo nosso).

Contudo, os resultados de pesquisa indicavam que os problemas psíquicos conduziam mais a uma “fragilização que favorecia a eclosão de doenças do corpo” ou aos

comportamentos que, embora insólitos, não podiam ser considerados como patológicos (posteriormente ligados às estratégias defensivas destinadas precisamente a lutar contra o medo e suas conseqüências mórbidas) e lógicas que conduziam ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, mas não a doenças mentais caracterizadas (...) Dejours e Abdoucheli (1994, p. 121).

Assim as investigações foram sendo redirecionadas no sentido de focalizar

(...) comportamentos estranhos, insólitos ou paradoxais visando destacar uma semiologia (ou seja, um conjunto de signos característicos) com um valor descritivo generalizável ao conjunto de uma categoria ocupacional (...) patognomônica de uma situação de trabalho supostamente homogênea. (...) Por derivação, esboçou-se, pouco a pouco, *outro modelo teórico* que tentava dar conta dos dados empíricos, buscando (...) tematizar o sofrimento no trabalho e as defesas contra a doença. Um modelo no qual os *trabalhadores permanecem*, sejam quais forem as circunstâncias, *sujeitos de seu trabalho, pensam sobre sua situação e organizam sua conduta*, seu comportamento e seu discurso, com uma coerência fundada na compreensão que se supõe que eles tenham da condição que seu estado traz ao trabalho. Penetramos então em uma problemática que não utiliza mais o esquema causalista: *renunciamos à idéia de que o comportamento dos trabalhadores fosse determinado pela própria vontade ou pela força das pressões da situação*. Dejours e Abdoucheli (1994, p.121-122, grifos nossos).

Entendemos que a partir desta mudança de perspectiva – da superação de um esquema causalista e da problematização do sofrimento e

das defesas contra a doença e o sofrimento – acentua-se o diálogo da psicopatologia com a sociologia do trabalho. A psicopatologia aproxima-se da teoria sociológica pela questão da ação social, do sujeito-agente social e sua prática no mundo da vida e do trabalho. No nosso entender, há uma convergência com o conceito de *habitus* de Bourdieu, trazendo elementos da dimensão individual – pulsões, sofrimento, defesas e estratégias de sobrevivência – que permitem enriquecer a compreensão sobre o espaço social do trabalho e a construção do *habitus* nesta específica “esfera de socialização dos agentes”.⁴

Como vimos, as pesquisas em psicopatologia permitiram constatar que o sofrimento no trabalho não se fazem acompanhar necessariamente por uma descompensação psicopatológica (ou seja, uma ruptura do equilíbrio psíquico que se manifesta pela eclosão de uma doença mental). De acordo com Dejours, este fato se deve à construção de defesas pelo sujeito que lhe permitem controlar o sofrimento. Assim, foi possível detectar pelos estudos clínicos, além dos mecanismos de defesa clássicos desvendados pela psicanálise, as defesas construídas e empregadas *coletivamente* pelos trabalhadores.

Consistem nas ‘*estratégias coletivas de defesa*’ que trazem a marca das pressões do trabalho. Tais estratégias coletivas de defesa foram descritas para os operários da construção civil, para os operadores de processo nas indústrias químicas, dos trabalhadores de manutenção em usinas nucleares, dos soldados do Exército, dos marinheiros, das enfermeiras, dos médicos e cirurgiões, dos pilotos de caça. (Dejours, 1987, 1997, 1999 a).

A psicopatologia do trabalho, tendo a concepção psicanalítica do funcionamento psíquico como um de seus pilares teóricos,

(...) *reinterroga de maneira resoluta o impacto da realidade exterior sobre o sujeito*, aventurando-se, portanto fora do campo estritamente limi-

⁴ “Para definir as relações entre as classes, o *habitus* e a individualidade orgânica - individualidade esta que nunca se pode evacuar completamente do discurso sociológico, na medida em que, imediatamente dado à percepção imediata (...), ela é também socialmente designada e re-

tado por uma psicanálise que em geral só se interessa pelas fontes endógenas de sofrimento (estas últimas se referem à história precoce e à repetição inconsciente de conflitos insuficientemente resolvidos, herdados da infância). (Dejours, 1989, p. 97, grifos nossos).

Nesta perspectiva a concepção teórica dejouriana precisou fazer face a dois problemas básicos. Em primeiro lugar, a “*contradição relativa ao patológico e ao não patológico*”. Esta também foi anteriormente enfrentada e superada por Freud na psicanálise, ao considerar o não patológico como necessário objeto de estudo da psicanálise, conferindo-lhe estatuto científico e ampliando o campo de visão e de abordagem médica, embora tenha tido como ponto de partida o estado patológico.

Em segundo lugar, a “*contradição entre o domínio da psicopatologia tradicionalmente ligada à ordem individual e o trabalho*”. Para Dejours significava, precisamente, deslindar uma

contradição entre o domínio da psicopatologia tradicionalmente ligada à *ordem individual* (a doença mental só tem sentido para um indivíduo em particular, o sofrimento e o prazer pertencem ao domínio do privado) e o *trabalho*, de natureza fundamentalmente *social*, recrutando indivíduos, é claro, *situados num meio social* abrindo-se sobre o funcionamento coletivo. Se as pressões do trabalho, reputadas como perigosas para a saúde mental, são as mesmas para todos os membros de um grupo de trabalhadores (por exemplo as cadências e a repetitividade numa linha de montagem) será satisfatório poder identificar conseqüências similares, senão idênticas, sobre o estado mental de todos os membros do grupo trabalhador considerado. Mas (...) os resultados dessas investigações não foram conclusivos. Precisamos admitir portanto, que no *conflito social-privado* o privado resiste vigorosamente e que, em geral, as pressões do trabalho são incapazes, por si mesmas, de fazer emergir uma psicopatologia de massa. É que *entre as pressões*

conhecida (...) e em que ela se define por uma trajetória social rigorosamente irreduzível a uma outra - podemos nos situar (...): considerando o *habitus* como sistema subjetivo mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo (...) classe e constituem a condição de toda objetivação e de toda a percepção, fundamos então a concertação objetiva das práticas e a unicidade da visão do mundo sobre a impessoalidade e a substituíbilidade (sic) perfeita das práticas e das visões singulares.” (Bourdieu, 1983a, p. 79-80. Para maior aprofundamento, ver Franco (2003).

do trabalho e a doença mental interpõe-se um indivíduo, não somente capaz de compreender sua situação, mas capaz também de reagir e se defender. Ocorre que as *reações de defesa são fortemente singularizadas em função do passado, da história e da estrutura de personalidade* de cada sujeito. Dejours e Abdoucheli (1994: p. 123, grifos nossos).⁵

A construção do caminho metodológico para adentrar esta questão permitiu, no nosso entender, avançar significativamente na compreensão das *mediações* entre as dimensões individual e coletiva. Acompanhemos o raciocínio de Dejours:

Já que os elos entre pressões do trabalho e doença mental são fortemente singularizados em função de procedimentos psíquicos próprios do sujeito, seria lógico, para tentar entender esses elos intermediários escolher uma metodologia que privilegiasse as entrevistas individuais. (...) conduzem inevitavelmente a fazer ressaltar aquilo que, na ordem singular, está ligado, em parte, ao passado do sujeito e a sua história familiar (entendida essencialmente como a história das relações afetivas crianças-pais). *Esta metodologia leva a não conceder valor significativo à situação material, social e profissional do sujeito*, exceto na medida em que ela reativa os impasses afetivos que marcam sua biografia. *A realidade concreta das situações não interessa quase nada ao psicanalista*, que, de seu lado, rompeu desde muito com o modelo causalista. E quando um trabalhador expõe ao investigador as relações conflituosas que ele tem com seu chefe, o psicanalista não pode compreender na realidade evocada mais que um eco de um impasse afetivo do qual o sujeito não consegue libertar-se. *Nada incita o analista a buscar o que nesse conflito não será redutível a um conflito psico-afetivo opondo dois sujeitos que se defrontam: ou seja, o que no comportamento do chefe*, por exemplo,

⁵ “Também, em certa etapa do desenvolvimento teórico, fizemos referência à noção de estrutura mental, conjunto de características supostamente invariáveis e estáveis em cada indivíduo, que determinará a forma que poderá tomar a doença mental, em caso de descompensação do equilíbrio entre as pressões do trabalho (excessivas) e as possibilidades defensivas (transbordadas) do indivíduo. A metáfora usada era a do cristal de rocha, que, em caso de fracionamento (descompensação), sob o impacto de uma pressão física muito intensa, não se quebrará de forma qualquer, mas segundo as linhas de força da estrutura cristalina. A referência ao par de pressão-estrutura significa uma ruptura com os modelos médico-biológicos, tanto quanto com a teoria pavloviana e as concepções comportamentalistas. Ao mesmo tempo, ela explica as dificuldades de uma abordagem epidemiológica em matéria de saúde mental no trabalho, a partir do momento em que se tentam as generalidades das comparações entre categorias sócio-profissionais, para buscar as comparações entre grupos de categorias vizinhas, submetidas a pressões de trabalho diferentes: Por exemplo os OS das linhas de montagem mecânicas e os operários especializados da indústria têxtil.” Dejours e Abdoucheli (1994, p. 123).

não será somente do domínio de sua personalidade ou de suas reações singulares, mas levantará um método de dominação que se inscreve numa lógica organizacional. (Dejours, Doppler, 1985). Dejours e Abdoucheli (1994, grifos nossos).

Dejours constrói, então, um delicado caminho metodológico⁶ em que, mediante entrevistas coletivas,

(...) os trabalhadores em grupo são capazes de reconstruir a lógica das pressões de trabalho que os fazem sofrer e também fazer aparecer as estratégias defensivas coletivamente construídas para lutar contra os efeitos desestabilizadores e patogênicos do trabalho. As características do sofrimento individualmente experimentados, pelo contrário, suavizam-se ao mesmo tempo. Assim evidenciou-se uma ligação, que se tornou depois central em psicopatologia do trabalho, entre as pressões do trabalho e as defesas (principalmente coletivas) contra os efeitos psicológicos dessas pressões, ao invés da ligação entre pressão e doença (no plano individual). O modelo causalista é substituído (...) por um modelo dinâmico específico, no qual se dá um lugar privilegiado às estratégias coletivas e a seus ajustamentos.” Dejours e Abdoucheli (1994, grifos nossos).

Nesse ponto gostaríamos de salientar que Dejours, no nosso entender, levanta o véu que encobre a construção de *habitus* (Bourdieu) no espaço social do mundo do trabalho, demonstrando a irredutibilidade e singularidade do indivíduo no plano coletivo, social e público, descortinando tanto a reciprocidade dinâmica, interpenetração e simbiose entre tais planos, quanto as determinações e lógicas estruturadas estruturantes socialmente construídas e subjetivamente metabolizadas pelos indivíduos.

Outro aspecto a chamar a atenção na concepção dejouriana refere-se à sua fina capacidade de trabalhar com os distintos discursos dentro das organizações, fazendo sua re-leitura à luz da construção dos mecanismos de defesa dos agentes sociais ou como expressão da distinção entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Senão vejamos.

(...) investigações mostraram que as pressões mais penosas descritas pelos trabalhadores resultavam em uma descrição da organização do trabalho

que nem sempre correspondia àquela feita pela direção. Mais tarde (...) fomos conduzidos a rever a problemática e a radicalizar o ponto de vista, segundo o qual as pressões reais do trabalho escapavam, em grande parte, do conhecimento da direção da empresa e do serviço de métodos. Dejours e Abdoucheli (1994, p. 124-125).

Com a base teórica psicanalítica o autor incursiona pela sociologia do trabalho estabelecendo alguns pontos-chave do seu pensamento. Assim, o campo da psicodinâmica do trabalho volta-se para o estudo da relação psíquica dos trabalhadores com o trabalho, tendo como ponto de partida as conseqüências do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores. Tais conseqüências podem ser de natureza nefasta – situação em que o trabalho é patogênico – ou de natureza favorável, situação em que o trabalho é estruturador.

Construídas as noções de trabalho estruturante e de trabalho patogênico, Dejours estabelece possíveis nexos entre a dimensão da organização do trabalho e a prática política de luta pela transformação das condições de trabalho (trabalho enquanto origem do sofrimento) e pela conquista e defesa da saúde.

O processo de trabalho é visto em sua dupla dimensão de *processo técnico* (“condições de trabalho”)⁷ e de *organização do trabalho*. Sem desprezar a primeira dimensão, ele concentra o foco de análise na organização do trabalho, isto é, na divisão de tarefas, por um lado, e na divisão dos homens por outro (ou seja, dispositivos de controle, vigilância, hierarquia, comando, repartição das responsabilidades, etc.). Atribui à organização do trabalho a função patogênica (ou estruturadora) do trabalho em relação ao funcionamento psíquico, como vimos.

⁷ Sob a denominação de *condições de trabalho*, Dejours considera as “pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do posto de trabalho. (...) têm por alvo principal o corpo dos trabalhadores, onde elas podem ocasionar desgaste, envelhecimento e doenças somáticas. (...) sobre as quais a maioria dos pesquisadores médicos e ergonômicos focalizavam seus estudos. (...) Por oposição, entendemos por *organização do trabalho*, por um lado, a divisão do trabalho: divisão de tarefas entre os operadores, repartição, cadência e enfim, o modo operatório prescrito; e, por outro lado, a divisão de homens: repartição das responsabilidades, hierarquia, comando, controle etc.” Dejours e Abdoucheli (1994, p. 126, grifos nossos).

⁶ Para maiores detalhes sobre o método ver os Anexos Metodológicos publicados em C. Dejours, *A Loucura do Trabalho* (1987).

Posteriormente, o lugar da divisão humana não parou de ganhar importância na teoria, a ponto de hoje, ao nos referirmos à organização do trabalho, atentarmos primeiramente à *construção social*, aproximando-nos assim do ponto de vista do sociólogo do trabalho. Dejours e Abdoucheli (1994, p. 126, grifos nossos).

Pensamos que ambas as dimensões do trabalho – condições de trabalho e organização do trabalho – embora possam ser analiticamente diferenciadas como Dejours propõe, são uma construção social (em tempos históricos distintos e com distintas velocidades) constituindo, na verdade, as faces de uma mesma moeda. Estão “umbilicalmente” ligadas e se influenciam mutuamente.

Mas essa distinção na concepção de Dejours tem, sem dúvida, grande importância por evidenciar o papel *sui generis* e específico que assume e desempenha a *organização do trabalho* – particularmente a organização taylorista – para a *compreensão e a prevenção* dos problemas de *saúde no trabalho contemporâneo*, assim como para medir e efetivar fortes e sutis mecanismos de dominação social – de apropriação e uso da subjetividade, ainda que metamorfoseados em práticas japonesas.

Se, por um lado, as condições de trabalho têm por alvo principalmente o corpo, a organização do trabalho, por outro lado atuam a nível do funcionamento psíquico. A divisão das tarefas e o modo operatório incitam o sentido e o interesse do trabalho para o sujeito, enquanto a divisão de homens solicita sobretudo as relações entre pessoas e mobiliza os investimentos afetivos, o amor, e o ódio, a amizade, a solidariedade, a confiança, etc. Em relação à expressão funcionamento psíquico,⁸ do ponto de vista teórico, partimos de um modelo de homem que faz, de cada indivíduo, um sujeito sem outro igual, portador de desejos e de projetos enraizados na sua história singular que, de acordo com aquilo que caracteriza a organização de sua personalidade, reage à realidade de maneira estritamente original. Dejours e Abdoucheli (1994, p. 126).

⁸ Convém referir os esclarecimentos do autor quanto ao funcionamento psíquico. “A referência à teoria psicanalítica do funcionamento psíquico tem, portanto, um duplo interesse: permite proceder à investigação dos processos psíquicos mesmo quando o sujeito não sofre de doença mental descompensada (diferentemente da psiquiatria clássica); ela respeita no sujeito a irredutibilidade de sua história singular e sua competência psicológica para reagir de modo original às pressões patogênicas das quais ele é alvo”. Dejours e Abdoucheli (1994, p. 126).

É importante enfatizar que a psicopatologia do trabalho compreende a organização do trabalho – diferentemente de outras disciplinas – como *relação social* e não como configuração técnica. Sendo que não apenas como relação de poder, mas como relação social de trabalho com sua polarização fundamental entre trabalho de *concepção e controle*, e trabalho de *execução*.

Trata-se de um foco diferente da abordagem da medicina do trabalho, da psicologia industrial e da ergonomia que se limitam, em geral, a focalizar as condições de trabalho – agentes físicos, químicos, biológicos – seus requerimentos cognitivos, de atenção, de concentração – e suas conseqüências para a saúde do corpo.

Considerando o potencial “perigo” da organização do trabalho para o funcionamento psíquico, Dejours desvenda os mecanismos de compensação utilizados pelos trabalhadores. A partir destes mecanismos – defesas construídas para superar/conviver/sobreviver aos nós organizacionais – é possível compreender o “sofrimento” destes trabalhadores. Tais mecanismos permitem que se mantenham num tipo de equilíbrio “instável”, evitando que a maioria descompense e “paire” no mundo da loucura.

OS SISTEMAS DEFENSIVOS

Ao estudar especificamente os ramos da construção civil, petroquímico, nuclear, pesqueiro e forças armadas, o autor detectou mecanismos de defesa contra o *medo* do trabalho e diferentes formas de sofrimento. Os sistemas defensivos são construídos de maneira específica pelos trabalhadores, “*em função de cada tipo de organização do trabalho*”, tanto individualmente quanto coletivamente por grupos específicos (defesas coletivas).

As defesas coletivas se caracterizam por uma lógica rigorosa associada ao sistema de proibições de certos comportamentos tais como silenciar o medo, por exemplo, ou valorizar o discurso heróico, o comportamento de desafio ao perigo, atitudes de recusa às regras de segurança, ou as brinca-

deiras coletivas com situações de risco ou concernentes aos acidentes, doenças e morte no trabalho.

Outra característica dos sistemas defensivos é que pressupõem a participação de todos, assumindo, portanto, o selo de um mecanismo com “*poder de exclusão e de seleção em relação àqueles que resistem às regras de conduta implicadas pela defesa coletiva.*” (Dejours, 1989).

As situações paradoxais encontradas nesses espaços coletivos de trabalho são numerosas. Por um lado, os sistemas defensivos favorecem a união do grupo de trabalho, objetivando “minimizar o sofrimento”. Por outro lado, podem ser explorados pela gestão organizacional no sentido de elevar a produtividade. Assim, pode haver um casamento *paradoxal* entre produtividade e eficácia da defesa coletiva, inicialmente construída com o objetivo de superar o sofrimento.

A defesa pode, em certos casos, propiciar os “truques profissionais” e atalhos, sem os quais a produção não flui tão facilmente (trata-se da célebre defasagem entre a organização do *trabalho prescrito* e organização do *trabalho real*, tão cara aos ergonomistas, sociólogos do trabalho e das organizações). Dejours chama a atenção, portanto, para o que denomina de “exploração do sofrimento”.

A propósito da diferença entre trabalho prescrito e real vale ressaltar que esta permite entrever os espaços de imaginação, inventividade e capacidades criadoras dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, via estudos comparativos, apresenta variabilidade e diferenças importantes em distintos contextos (países, organizações, etc). Este fato permite a Dejours (1989) afirmar que a organização do trabalho:

(...) pode ser transformada apoiando-se sobre as capacidades criadoras (...) ou aptidões para a pesquisa dos trabalhadores sobre o seu trabalho, embora em nossas sociedades geralmente (estas sejam) freadas e ridicularizadas. Ora, é essa atividade que exprime socialmente a mobilização dos processos sublimatários, centrais na questão do prazer e da saúde mental no trabalho.

Outro paradoxo importante diz respeito ao grau de eficácia das defesas. Quando funcionam eficazmente implicam no domínio do sofrimento,

mas ao funcionarem em *excesso* provocam uma espécie de *anestesia*, ou seja, uma *insensibilidade* ao sofrimento que *não é conscientemente percebida* pelo trabalhador (ver também Seligmann-Silva, 1994/ 1995). Neste ponto, no nosso entender, há um importante canal de diálogo com a sociologia do trabalho, particularmente com as práticas de gestão voltadas para a flexibilização do trabalho – e particularmente com a gestão pelo medo, como forma de neutralizar e anular ações de insubordinação coletiva e resistência política.

As defesas ao estabilizarem a situação, impedem, na verdade, as reflexões e ações no sentido de transformar a relação com o trabalho – ao que acrescento até a perspectiva de esforços e ações no sentido de transformar as próprias condições e organização do trabalho. Conseqüentemente, as *defesas excessivas atuam reforçando a resistência à mudança*, abrindo-se, para o autor, o domínio da alienação no trabalho.

QUANDO OS SISTEMAS DEFENSIVOS SE TRANSFORMAM EM IDEOLOGIA DEFENSIVA

Esta transformação ocorre quando os sistemas de defesa servem de base para a construção de um sistema de valores, tendo a defesa como um “fim em si” mesmo, “objetivo em si”, uma defesa que se metamorfoseia em desejo. Trata-se, nesse caso, de uma *ideologia defensiva de profissão* cujas conseqüências em termos de relações sociais são vistas pelo autor como extremamente problemáticas. (Dejours, 1989, p. 99).

Neste ponto estabelece-se um outro canal importante de diálogo com a sociologia do trabalho. Tais processos ocorrem tanto entre os trabalhadores de *execução* quanto entre os gerentes e hierarquias de *comando e controle*. Tais defesas são freqüentemente construídas contra o medo (especialmente nos ramos de alto risco). No caso das gerências e chefias acrescentam-se, além das defesas contra os riscos, aquelas contra o medo dos subordinados que devem dirigir. São sistemas defensivos específicos construídos que concorrem para “radicalizar os antagonismos” e, naturalmen-

te, o sofrimento de ambas as partes.

TRABALHO E SUBLIMAÇÃO

Há no pensamento de Dejours um ponto central, no nosso entender, que é a relação entre trabalho e sublimação. O trabalho como uma dimensão de sublimação é concebido como trabalho estruturador, isto é, aquele que em certas condições pode propiciar uma solução favorável ao desejo. O trabalho e o amor constituem para Dejours dimensões importantes na conquista do equilíbrio psíquico e saúde mental. Na impossibilidade da segunda dimensão, o trabalho pode-se transformar num canal privilegiado de sublimação.

No âmbito do trabalho contemporâneo, Dejours e Abdoucheli colocam a questão da *oposição* entre *motivação* e *desejo*. Argumentam que os estudiosos da motivação no trabalho, em última instância, focalizam a questão dos mecanismos do comportamento abstraindo a “questão de quem está por trás deste comportamento” (isto é, a dimensão do desejo, do sujeito desejante).

Explicitam que embora não haja um ponto de vista psicanalítico sobre o trabalho, esta perspectiva abre a possibilidade de importantes indagações: “*no trabalho contemporâneo, qual é o lugar do Desejo, e qual é o lugar do Sujeito?*” A perspectiva psicanalítica pode contribuir, e muito, no nosso entender, para fazer emergir nas reflexões sobre o trabalho nuances e mediações entre dimensão individual e social, nos processos de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade.

Na perspectiva da psicodinâmica o lugar do sujeito e do desejo nas empresas se reduz à medida em que se desce na divisão hierárquica do trabalho. Na base da hierarquia praticamente

(...) a questão do Sujeito não se coloca. Vemos com dificuldade como o trabalho em migalhas poderia oferecer a ocasião de uma sublimação. (...) necessário fazer mais do que renunciar à sua satisfação. É preciso fazê-lo calar, é preciso “reprimir” o Desejo, por medo que ele venha incomodar esse “comportamento” que constitui o

modo cotidiano de operação. Dejours e Abdoucheli (1994).

Os autores constroem uma análise extremamente interessante a respeito da oposição entre motivação e desejo. Argumentam que nas empresas é possível “*motivar o ‘comportamento’ produtivo de um operário semiqualeficado pelo salário ou prêmios*”. Convém esclarecer que consiste numa prática e lógica organizacional experimentada desde a revolução industrial, assumida de forma mais sistemática e como método “científico” a partir de Taylor, difundida e sedimentada por meio das formas mais sutis e refinadas de controle e dominação no trabalho advindas com as correntes organizacionais que se propunham a humanizar o taylorismo e, contemporaneamente, revigoradas com as práticas japonesas de organização e gestão do trabalho.

Dejours e Abdoucheli advertem que motivar o comportamento por tais métodos não é inócuo sob a perspectiva do indivíduo motivado: “*esse preço é de fato pago ‘em troca de repressão do Desejo’ e do ‘eclipsamento do sujeito’*”, configurando nesta lógica organizacional a situação na qual “*a ‘Motivação’ está exatamente ‘em oposição ao Desejo’, contra o qual ela é mesmo dirigida*”.

Sob a perspectiva sociológica bourdieusiana e marxista, o mundo do trabalho constituiria um campo de dominação e de exploração, de trabalho alienado e alienante, e sob a perspectiva da psicopatologia o trabalho contemporâneo coloca “*em posições inversas os administradores e os operários (ou os empregados)*”. Tendo como referência o sujeito, procura investigar “em primeiro lugar o que, no Trabalho, está dialeticamente oposto ao desejo”, compreendendo que o corpo é “alvo privilegiado das condições de trabalho” e o “aparelho psíquico e o Desejo do Sujeito (são) alvo específico da Organização do Trabalho.”

A organização do trabalho, por sua vez, incorpora a “*vontade de um outro’, de um grupo de outros ou de uma instituição, que se opõe ou mesmo se impõe ao trabalhador*”. Reconhecendo a existência de lógicas sociais, comportamentos socialmente estruturados, lógicas e defesas de gru-

pos, os autores afirmam também, na organização do trabalho, a existência de uma “multiplicidade de modos operatórios” a despeito de todas as normalizações e regras ainda tipicamente tayloristas. Recusando-se à redução do Sujeito em suas análises, propõem instigantes questões que merecem ser colocadas:

E se a multiplicidade dos modos operatórios escondesse precisamente a multiplicidade dos Sujeitos? E se cada modo operatório não fosse um comportamento mudo, mas o compromisso personalizado entre Desejo e Realidade, elaborado individualmente por cada trabalhador ? (...) o que um modo operatório padronizado e generalizado por Taylor e seus sucessores ocasionaria a cada Sujeito na economia de seu Desejo? Dejours e Abdoucheli (1994, p.41).

As pesquisas em psicodinâmica do trabalho têm respondido a tais questões com os seguintes elementos, resumidamente: sofrimento, alienação, “risco de descompensação psiquiátrica” (neurose, depressão, psicose) ou processo de somatização (agudo/reversível; crônico/irreversível). A somatização é entendida a partir da noção de que o “Corpo somático (e não o aparelho psíquico sozinho) parece incapaz de funcionar duravelmente e de resistir por muito tempo à repressão do Desejo”.

Assim, na perspectiva da psicodinâmica do trabalho o sofrimento, as defesas, as descompensações e as patologias são a própria “expressão característica da violência” na organização do trabalho onde os indivíduos “não podem mais ser sujeitos do seu comportamento”.

Em suma, as tarefas de execução, sobretudo as mais fragmentadas não permitem a possibilidade de sublimação. Nesse tipo de trabalho taylorizado – tanto no que tange ao trabalho predominantemente manual ou predominantemente intelectual – “não há lugar para negociar a *mise-en-scène* necessária ao jogo da sublimação”. São antes formas de organização do trabalho anti-sublimatórias, com consequências desestruturadoras ou potencialmente patogênicas.

As formas de organização do trabalho estruturadoras, diferentemente, são aquelas em que parte da concepção é atribuída ao trabalhador (necessária ao teatro da sublimação). Por esta via

Dejours incursiona no campo da sociologia do trabalho reforçando o enorme significado da divisão entre trabalho de concepção e execução e não da dicotomia entre trabalho manual e intelectual. Na verdade, saliento que *sobre* a dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual se superpõe a divisão do trabalho de concepção e execução (perceptível particularmente a partir da difusão e generalização do taylorismo no setor terciário nos anos 60).

Convém salientar que embora Dejours reafirme a sublimação como um *processo subjetivo singular*, reconhece que, *simultaneamente, implica os coletivos*. Na concepção dejouriana, naturalmente, o trabalho qualificado – com atividades de concepção – constitui um palco ou terreno propício à sublimação, um palco que por sua vez invoca o coletivo no sentido do pertencimento, da construção de identidade e reconhecimento do outro. Ou seja,

(...) solicita a constituição, a regulação e o funcionamento deste coletivo de uma maneira diferente da dos ‘coletivos de defesa’. O trabalho qualificado desemboca sobretudo na constituição de coletivos de tipo ‘comunidade de filiação’ (*appartenance*), estruturados por regras que não controlam somente comportamentos relacionados ao sofrimento, mas que, derivando da tecnicidade e do *savoir-faire*, controlam sobretudo sua conservação, transmissão e sua evolução. Decorre daí uma forma particularmente desenvolvida de cooperação operária, que se manifesta também entre os trabalhadores que realizam tarefas de execução, mas neste último caso apenas em estágio embrionário, se compararmos a maneira pela qual é realizada nos coletivos de *métier* ou ‘coletivos de regra.’ Dejours, (1989, p.100)

A sublimação, enquanto mediação entre inconsciente individual e campo social, é um “processo que absorve e transforma principalmente pulsões ditas parciais”. A ausência de possibilidade deste processo (falta de soluções sublimatórias) pode gerar perversões, violência compulsiva e patologia psiquiátrica grave (psicoses, somatização, toxicomanias).

Daí a necessidade histórica de se considerar e incorporar a dimensão da subjetividade, do sofrimento e da saúde mental dentro (e fora) do mundo do trabalho, no sentido de abrir espaços para a reflexão e busca de alternativas sociais

estruturantes e libertadoras (do trabalho alienado e alienante, e não *do* trabalho). Nesta perspectiva o pensamento de Dejours é profundamente importante no cenário acadêmico e político atual.

REFERÊNCIAS Christophe Dejours

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica sobre o trabalho. In: DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez; Oboré, 1987.

_____. Introdução à psicopatologia do trabalho. In: HIRATA, H.(Org.). *Divisão capitalista do trabalho. Tempo Social*, São Paulo, v.1, n.2, p.72-103, 2ª sem. 1989.

_____. *A banalização da violência social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999a .

_____. Entrevista concedida a Caros Amigos, [S.l.], n. 26, maio 1999b.

_____. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, [S.l.], v. 14, n. 54, p. 7-11, 1986.

_____. *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. Les rapports domestiques : entre amour et domination. *Travailler*. Paris, Laboratoire Psychologie du Travail et de l'Action du CNAM, n.8, p. 27-43, 2002.

REFERÊNCIAS complementares

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983a. p. 7-36.

FRANCO, T. *Trabalho alienado: habitus & danos à saúde humana e ambientais*. Salvador: 2003. 275p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002ª. 335 p.

_____. Travail et affects. Les ressorts de la servitude domestique. Note de recherche. *Travailler*. Paris, Laboratoire Psychologie du Travail et de l'Action du CNAM, n. 8, p. 13-26, 2002b.

SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Cortez, 1994.

_____. A síndrome da insensibilidade. In: FURTADO, T. *Recursos humanos: a falência psicológica das organizações*. Rio de Janeiro: Editorial Ed., 1995a. p. 63-87.